

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE AVENÇA**  
(NPD n.º 5493003503 / PEP n.º 19IN54930030)

Entre:

o **INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.**, adiante designado por INFARMED, instituto público do regime especial nos termos da lei e integrado na administração indireta do estado, regulado pelo Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, titular do cartão de identificação de entidade equiparada a pessoa coletiva n.º 600037002, com sede no Parque de Saúde de Lisboa, Av. do Brasil, n.º 53, em Lisboa, neste ato representado pelo Presidente do seu Conselho Diretivo, \_\_\_\_\_, no uso de competência própria, como primeiro outorgante,

e

o **Bernardo José de Albuquerque Lima**, contribuinte fiscal n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, com poderes para por ela se obrigar, como segundo outorgante,

lavrou-se o presente contrato de prestação de serviços.

O presente contrato foi precedido de:

1. Nos termos e para os efeitos do procedimento prévio previsto na Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, a presente contratação de serviços foi submetida ao INA, tendo sido por este confirmada em 18/02/2019 a inexistência de trabalhadores em situação de Valorização Profissional para prossecução das tarefas inerentes ao objeto a contratar (n/ Pedido n.º 74345);
2. Nos termos e para os efeitos constantes do art.º 62.º da LOE/2019, o presente contrato de prestação de serviços na modalidade de tarefa / avença foi submetido a Parecer Prévio Vinculativo do membro do Governo responsável pelas áreas das Finanças e Administração Pública, tendo merecido decisão favorável em 26/03/2019 (Despacho N.º 00349/SEAEP/AS-2019);

3. Autorização para repartição plurianual dos encargos relativos ao presente Contrato, conforme deliberação autorizadora do Exmo. Conselho Diretivo do INFARMED, I.P., de 23/01/2020;
4. Ajuste direto, aberto ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 18.º e 20.º, n.º 1, alínea d), do Código dos Contratos Públicos *(na sua atual redação)*, em resultado da deliberação autorizadora do Exmo. Conselho Diretivo do INFARMED, I.P., de 23/01/2020.

Assim sendo, o presente Contrato é celebrado na sequência da adjudicação e autorização para a realização da despesa conferidas por deliberação do Exmo. Conselho Diretivo do INFARMED, I.P. de 13/02/2020, tendo a minuta que prefigura a sua celebração sido aprovada por deliberação do mesmo Conselho, na mesma data, e rege-se pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto)**

1. Pelo presente contrato o segundo outorgante obriga-se a prestar, ao primeiro outorgante, os serviços, em regime de Avença, para apoio à CEIC no âmbito das atividades relacionadas com a Rede Nacional de Comissões de Ética (RNCES), pelo período de 12 meses, em conformidade com o descrito na proposta apresentada pelo segundo outorgante ao procedimento em referência *(documento datado de 03/02/2020, e que se considera aqui como integralmente reproduzido)*.
2. Os serviços objeto do presente contrato serão prestados nas instalações do INFARMED, I.P., referidas no preâmbulo, em obediência aos termos e condições constantes do presente contrato, dos respetivos Caderno de Encargos e Convite à apresentação de Proposta, bem como da proposta apresentada pelo segundo outorgante ao procedimento em referência e que deste contrato se considera como fazendo parte integrante.

#### **Cláusula Segunda**

##### **(Prazo)**

O presente contrato produz efeitos a partir de 02 de março de 2020 e vigorará pelo prazo de 12 meses.

### **Cláusula Terceira** **(Gestor do Contrato)**

Para efeitos do estipulado no art.º 290.º-A do CCP é(são) designado(s), como gestor(es) do presente contrato em nome do INFARMED, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, o(s) colaborador(es)

### **Cláusula Quarta** **(Obrigações Principais do Segundo Outorgante)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o segundo outorgante as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestar os serviços, nos termos da Parte II do Caderno de Encargos;
  - b) Inteirar-se de todos os aspetos específicos e dos diversos condicionalismos legais, regulamentares e operacionais referentes à área abrangida pelo objeto do contrato, tendo em vista a sua boa execução competindo-lhe, igualmente, a realização de todos os trabalhos acessórios que forem considerados necessários, nos termos dos requisitos específicos do caderno de encargos;
  - c) Garantir todos os meios auxiliares, deslocações, contactos com outras entidades e quaisquer ações de recolha e tratamento de informações que visem a boa execução dos trabalhos.
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. São ainda da responsabilidade do segundo outorgante todos os meios auxiliares, deslocações, contactos com outras entidades e quaisquer ações de recolha e tratamento de informações que visem a boa execução dos trabalhos.

### **Cláusula Quinta** **(Dever de sigilo)**

1. O segundo outorgante e, quando aplicável, o(s) colaborador(es) por ele a afetar, deve(m) guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao INFARMED, I.P., de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação referidas no número anterior, e que se encontram cobertas pelo dever de sigilo, não podem ser transmitidas a terceiros nem ser objeto de

qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente contrato.

3. Excluem-se do dever de sigilo previsto nos números anteriores a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo segundo outorgante e/ou seus colaboradores, ou que este(s) seja(m) legalmente obrigado(s) a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula Sexta**

#### **(Preço)**

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do respetivo caderno de encargos, o primeiro outorgante pagará ao segundo outorgante, nos exercícios económicos de 2020 e 2021, a quantia mensal de 1.200,00 € (Mil e duzentos euros), perfazendo o preço global máximo de 14.400,00 € (quatorze mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, atualmente de 23% [Doc.º Compromisso n.º F652000426].
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao primeiro outorgante, tais como as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Prevê-se que a repartição dos encargos decorrentes da celebração do presente contrato ocorra da seguinte forma:
  - a) Exercício económico de 2020 - Euro: 12.000,00 € (Doze mil euros), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor aplicável [Doc.º Compromisso n.º F652000426];
  - b) Exercício económico de 2021 - Euro: 2.400,00 € (Dois mil e quatrocentos euros), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor aplicável [Compromisso Futuro correspondente ao n/ Doc.º n.º 1090000025];
4. A importância acima estimada para o segundo ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior, e vice-versa.

### **Cláusula Sétima**

#### **(Faturação)**

A segunda outorgante faturará mensalmente o preço de Euro: 1.200,00 € (Mil e duzentos euros), devido pelos serviços efetivamente prestados, e acrescido de IVA à taxa legal em vigor, atualmente de 23%.

### **Cláusula Oitava** **(Condições de Pagamento)**

1. As quantias devidas nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo máximo de 30 dias após a receção, pelo primeiro outorgante, da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(is) só pode(m) ser emitida(s) após o vencimento da obrigação correspondente e receção da respetiva Nota de Encomenda anual - documento no qual se encontrará necessariamente inscrito, sob pena de nulidade, o devido número de compromisso, válido e sequencial, relativo à totalidade do valor do contrato no correspondente exercício económico.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação mensal dos serviços.
3. Em caso de discordância por parte do INFARMED, I.P., quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na fatura deve este comunicar ao segundo outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o segundo outorgante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários, proceder à emissão de nova fatura corrigida ou emitir nota de crédito caso seja solicitado pelo Primeiro Outorgante.
4. As faturas são pagas através de transferência bancária para o NIB a indicar pelo segundo outorgante.
5. Sem prejuízo do previsto no artigo 26.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte do Primeiro Outorgante, o Segundo Outorgante tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril.

### **Cláusula Nona** **(Não Revisão de Preços)**

O valor global do preço a que se refere o n.º 1 da Cláusula Sexta não é objeto de qualquer revisão.

### **Cláusula Décima** **(Penalidades contratuais)**

1. Pelo incumprimento das condições de execução, previstas nos termos do Caderno de Encargos e da proposta apresentada pelo segundo outorgante ao procedimento em referência, o primeiro outorgante pode exigir ao segundo outorgante o pagamento de uma pena pecuniária no montante de 5% (cinco por cento) do valor do presente contrato, por cada ocorrência registada.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do segundo outorgante, o primeiro outorgante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor do contrato.
3. O primeiro outorgante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do presente contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o primeiro outorgante exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula Décima Primeira**

#### ***(Força maior)***

1. Não podem ser impostas penalidades ao segundo outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer dos outorgantes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade do outorgante afetado, que ele não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do presente contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do segundo outorgante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do segundo outorgante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra resultantes do incumprimento pelo segundo outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo segundo outorgante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do segundo outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do segundo outorgante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada ao outro outorgante.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula Décima Segunda**

#### ***(Resolução por parte do primeiro outorgante)***

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o primeiro outorgante pode resolver o presente contrato, a título sancionatório, no caso de o segundo outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
  - a) Incumprimento definitivo do presente contrato por facto imputável ao segundo outorgante;
  - b) Desadequação, verificada e comprovada entre os objetivos definidos para a prestação dos serviços e os trabalhos desenvolvidos.
  - c) Incumprimento, por parte do segundo outorgante e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes do INFARMED, I.P. no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei e no presente contrato;
  - e) Razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração escrita a enviar pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, devidamente fundamentada, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data de produção de efeitos, e não determina a repetição das prestações realizadas, salvo se tal for determinado pelo primeiro outorgante.

### **Cláusula Décima Terceira**

#### ***(Avaliação do desempenho do segundo outorgante)***

1. Nos termos do Procedimento Operacional em vigor no INFARMED, I.P., o segundo outorgante será objeto de avaliação contínua e final do respetivo desempenho contratual, incidindo sobre os seguintes aspetos da execução do contrato:
  - A. Avaliação contínua**

- a) Registo contínuo de Incidentes em qualquer dos aspetos referidos nos números seguintes;
- B. Avaliação final**
- b) Rigor na faturação;
- c) Cumprimento do prazo de entrega e/ou de execução;
- d) Cumprimento das condições de fornecimento/entrega do bem, e/ou dos requisitos técnicos e funcionais relativos à qualidade do serviço.
2. A ocorrência de qualquer das situações identificadas no ponto 1.A., acima, será objeto de classificação (*Incidente grave/não grave*) e eventual adoção de medidas retificativas, sendo este facto oportunamente objeto de notificação ao fornecedor, via email.
3. Dependendo do número e gravidade dos incidentes registados, estes poderão ter impacto na avaliação final do fornecedor e na subsequente liberação da Caução eventualmente prestada.
4. Não haverá lugar a qualquer notificação ao fornecedor em sede da respetiva avaliação de desempenho caso, no decurso da execução contratual, não ocorram quaisquer registos de incidentes (*nos termos do ponto 1.A., acima*).

#### **Cláusula Décima Quarta**

##### **(Subcontratação e cessão da posição contratual)**

A subcontratação pelo segundo outorgante e a cessão da posição contratual por qualquer dos outorgantes depende da autorização do outro, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula Décima Quinta**

##### **(Comunicações e notificações)**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os outorgantes, todas as comunicações entre as partes devem ser efetuadas por escrito e, nos termos do Código dos Contratos Públicos, ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada um, identificados no presente contrato.
2. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as comunicações efetuadas por escrito considerar-se-ão realizadas na data da respetiva receção ou, se fora das horas de expediente, no primeiro dia útil imediatamente seguinte.
3. As comunicações efetuadas mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo aviso.
4. Não se consideram realizadas as comunicações efetuadas por telefax, cujo conteúdo não for perfeitamente legível pelo respetivo destinatário, desde que este comunique esse

facto à parte que tiver emitido a referida comunicação no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao da respetiva receção.

5. Para efeitos de realização da citação no âmbito de ação judicial destinada ao cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes do contrato, são convencionadas as moradas indicadas no n.º 1 do presente artigo.
6. A alteração das moradas indicadas no n.º 1 do presente artigo deve ser comunicada à outra parte, por carta registada com aviso de receção, nos 30 (trinta) dias subsequentes à respetiva alteração.

#### **Cláusula Décima Sexta** **(Contagem dos prazos)**

Os prazos previstos no presente contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

#### **Cláusula Décima Sétima** **(Prevalência do Contrato)**

Fazem parte integrante do presente contrato, o respetivo Caderno de Encargos, e a Proposta do segundo outorgante mencionada na cláusula primeira, prevalecendo, para todos os efeitos legais e da execução do presente contrato, os documentos pela ordem que a seguir se determina:

- 1.º O Caderno de Encargos;
- 2.º O Convite à apresentação de Proposta
- 3.º A proposta adjudicada

#### **Cláusula Décima Oitava** **(Legislação Subsidiária)**

O presente contrato reger-se-á, subsidiariamente, pela legislação em vigor aplicável, nomeadamente pelo regime previsto na parte III do Código dos Contratos Públicos, bem como pela Lei Geral aplicável aos contratos administrativos.

#### **Cláusula Décima Nona** **(Foro Competente)**

Os outorgantes acordam estabelecer, como foro judicial competente para julgamento de eventuais litígios emergentes deste contrato, o foro de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

**Cláusula Vigésima**  
**(Disposições Finais)**

1. O primeiro e segundo outorgantes declaram aceitar o presente contrato, com todas as suas cláusulas, condições e obrigações, de que tomaram inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam reciprocamente.
2. O presente contrato, feito em duplicado e destinando-se um exemplar a cada outorgante, está conforme a respetiva minuta e compreende 10 (Dez) páginas, todas rubricadas pelos mencionados outorgantes com exceção da última página, que pelos mesmos vai ser assinada.

Lisboa,

**O 1º Outorgante,**

**O 2º Outorgante,**